

A Manchester Catarinense e o I Congresso Operário: A difusão do autoritarismo e a gênese do sindicalismo amarelo *

Giane Maria de Souza.*

Resumo

Este trabalho analisa a formação histórica dos sindicatos amarelos na cidade de Joinville – SC, a partir do I Congresso Operário em 1934. Pretende-se evidenciar que desde esse período os sindicatos joinvilenses já defendiam a ideologia autoritária de subordinação e aquiescência social. Destarte, o I Congresso Operário oficializou o papel estratégico dos sindicatos operários na defesa do capital honesto, da indústria nacional e do trabalho disciplinado. Nesse sentido, o movimento operário joinvilense adquire novas configurações no início do século XX, caracterizando uma nova formulação nas organizações da classe trabalhadora de não-contestação e de instauração e institucionalização dos sindicatos amarelos. Esse contexto político propiciou as condições favoráveis para a instalação de um governo integralista em 1936 na cidade de Joinville e a difusão dos ideais autoritários estadonovistas.

Palavras-chave: Educação. Autoritarismo. Sindicatos.

Abstract: *This work analyzes the historical formation of the yellow unions in the city of Joinville - SC, from the 1st Congresso Operário in 1934. One intends to evidence that since this period the unions of Joinville already defended the authoritarian ideology of social subordination and acquiescence. Thus, the 1st Congresso Operário officialized the strategic paper of the laboring unions in the defense of the honest capital, the national industry and the disciplined work. This way, the labor move of Joinville it acquires new configurations in the beginning of 20th century, characterizing a new formularization in the organizations of the diligent classroom of not plea and instauration and institutionalization of the yellow unions. This context politician propitiated the favorable conditions for the installation of a integralist government in 1936 in the city of Joinville and the diffusion of the New State's authoritarian ideals.*

Key words: Education. Authoritarianism. Unions.

Introdução

Este artigo objetiva demonstrar que desde o início da década de 1930 o movimento operário de Joinville estava sintonizado com os preceitos do nacional-autoritarismo, o que culminou com a instauração de um governo integralista em 1936, sob o comando de Aristides

* Este artigo resulta de um recorte temático de dissertação de mestrado (SOUZA, 2006), realizada sob a orientação de José Claudinei Lombardi.

* Mestre em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Membro do grupo História, Sociedade e Educação no Brasil – Histedbr, Faculdade de Educação – Fe-Unicamp.

Largura, precursor catarinense do nazifascismo propagado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) de Plínio Salgado.

Dentro de uma perspectiva materialista-histórica pretendeu-se analisar o trabalho como categoria ontológica central para a compreensão das múltiplas relações sociais que se forjam no trabalho e a partir dele – como os sindicatos. Nesse sentido, o movimento operário joinvilense adquire novas configurações no início do século XX, caracterizando uma nova formulação nas organizações da classe trabalhadora, como os sindicatos amarelos, de caráter não contestatório e de institucionalização e difusão do Estado autoritário.

Segundo Araújo (1998), os amarelos eram as entidades corporativistas, socialistas reformistas, positivistas e republicanas sociais. Almejavam a mudança social por meio de ações legais e propunham melhorias trabalhistas e acordos pacifistas para mediar confrontos.

Joinville, cidade ao norte de Santa Catarina, foi cognominada Manchester Catarinense em alusão à capital industrial inglesa. No decorrer do texto, o histórico do I Congresso Operário demonstrará o papel educativo-ideológico das lideranças operárias na defesa do capital honesto, da indústria nacional e do trabalho disciplinado. Elementos estes necessários e determinantes, que compuseram o cenário que precedeu o Estado Novo e que em 1936 creditaram ao Integralismo assumir a Prefeitura Municipal de Joinville.

Discursos das lideranças operárias

Segundo Ternes (1986) o desenvolvimento econômico de Joinville foi resultado somático de: primeiro, condições naturais que Joinville apresentava para a instalação industrial do setor metal-mecânico; segundo, do trabalho incansável dos teuto-brasileiros que em Joinville fixaram suas perspectivas de ascensão social econômica. Nesse sentido Ternes (1986,p. 90) advoga: “Esta visão para os negócios, a disciplina para o trabalho e o forte senso de organização, formam o tripé em que se fundamenta o êxito destas iniciativas empresarias, a partir do ano de 1880”.

A propagação desse discurso oficial defensor do capital honesto e do trabalho disciplinado mostrou-se explicitamente na primeira sessão do Congresso Operário de Joinville, em janeiro de 1934. As lideranças operárias joinvilenses estavam politicamente sintonizadas com o nacional-desenvolvimentismo e seus ideólogos autoritários. O discurso hegemônico patenteou-se durante as intervenções políticas, proferidas pelas lideranças. Nos discursos operários, constatou-se que em Joinville o operariado foi representado por sindicatos nascidos pela óptica e pelos interesses do capital – os sindicatos amarelos.

Além dos operários e das lideranças sindicais, estavam no congresso o prefeito – João Acácio Gomes de Oliveira –, um representante do Ministério do Trabalho e o delegado de polícia da cidade. Durante a abertura das atividades congressistas, os patrocinadores do evento conclamavam todos os presentes para a manutenção do espírito ordeiro e patriótico que sempre caracterizou os trabalhadores da cidade, em busca de suas reivindicações dentro da “justiça, da paz e do trabalho” (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).

O presidente da Federação dos Trabalhadores, Nelson Machado, proferindo a abertura do congresso, explicitava o objetivo do evento:

[...] Camaradas! Que as minhas primeiras palavras pronunciadas neste grandioso Congresso sejam de sincero agradecimento aos sindicatos trabalhistas da minha terra, pela honrosa situação que me conferiram, escolhendo o mais humilde dos membros, da Federação dos Trabalhadores para dirigir os trabalhos desta assembléia. Dentro da órbita das minhas atribuições não pouparei esforços em servir a coletividade proletária, tudo fazendo para que as aspirações do operariado joinvilense se tornem em luminosa realidade. (ibidem).

Revestido de conceitos e apropriações históricas da esquerda sindical – como *camaradas, proletariado, coletividade* –, esse discurso demonstra a manipulação ideológica objetivada. A classe trabalhadora joinvilense deveria conceber essas denominações não no sentido esquerdista-soviético, mas no sentido nacionalista-autoritário. O posicionamento político e autoritário torna-se evidente nas palavras de Nelson Machado:

O operariado de hoje já não é aquele inculto, escravizado e espoliado de outrora. Existem leis que regulamentam suas horas de trabalho, que lhe garantem os estudos e que lhe permitem as férias. Têm o direito de reunir-se em sociedades e projejuar pelos interesses comuns. Facultam-se todos os meios de propaganda, desde que seja dentro da ordem e do respeito devido às autoridades. (ibidem).

O intuito de solidificar a passividade como uma virtude operária e o compromisso com a ordem vigente como uma noção de patriotismo e civilidade ficava explícito no decorrer das atividades congressuais. Os trabalhadores deveriam fazer suas reivindicações por direitos somente dentro do permitido pelas leis. Para o presidente da federação, o governo já estava fazendo sua parte e propunha oficialmente melhorias nas condições de vida e trabalho da classe operária. Porém, as concretizações somente seriam alcançadas se houvesse uma parceria entre o “capital e trabalho”, entre o “patrão e o empregado”. O operário deveria submeter-se aos ditames do Estado e ter o patrão como um grande amigo:

Um bom patrão e um bom operário devem ser como dois corações num peito só, porque da concórdia, da harmonia, da irmandade entre o capital honesto e o trabalho honrado só podem trazer benefícios tanto para um quanto para o outro. É essa concórdia, é essa harmonia, é essa irmandade que desejo e prezo, relegando

para a vala comum das coisas mortas o capitalismo explorador, nefasto sob todos os títulos, à marcha gloriosa dos povos. (ibidem).

Esse discurso pretendia estabelecer duas conexões ideológicas com os trabalhadores: primeiro, a defesa da irmandade harmoniosa para tornar o ambiente fabril semelhante ao doméstico, uma relação fraternal entre patrão e operário que somente se realiza com o trabalho honrado e responsável; segundo, era preciso exaltar o espírito empreendedor e batalhador dos imigrantes alemães e do capitalista local, porque toda fortuna acumulada, todo negócio desenvolvido fora resultado do trabalho e, sendo fruto dele, tornava-se uma fonte de capital honesto. Somente se voltariam contra isso ou o criticariam aqueles que não queriam nada com o trabalho – os desordeiros, os preguiçosos e os invejosos da conquista alheia.

A partir do momento em que o movimento sindical de Joinville difundiu esse discurso perante a classe trabalhadora a educação ideológica dos operários passou a ser responsabilidade dos sindicatos patrocinados pelo Estado. O trabalho disciplinado dentro das fábricas e a aquiescência social seriam, na óptica da classe dominante e dos líderes sindicais, a possibilidade de ascensão social por meio do trabalho – bastava se adaptar ao modelo econômico e político que se forjava.

No Congresso dos Operários, o senhor Francisco Luiz reitera que trabalhador e patrão não podem viver um sem o outro. A defesa da cooperação patronal e operária era conquista do “capitalismo honesto”, e seus ideólogos afirmavam:

Dentro das normas sadias da disciplina e da ordem, não há que temer embaraços, nem recear escolhas na marcha gloriosa dos destinos do operariado. [...] quero dizer ao operariado reunido neste importante conclave que não sou, nem jamais poderei ser contra o capitalismo produtor e honesto, porque sem o capital seria o trabalho letra morta, transformando a coletividade num cortejo sinistro de pavorosas misérias. Sou sim, contra o capitalismo explorador, ou contra o capitalismo negro, que olha o operariado como besta de carga, sugando-lhe a última gota de sangue, sem um gesto de generosidade e contemplação [...] sem o braço do operário, que tem nos calos de sua mão as veneras honrosas do seu labor, não pode existir trabalho, não pode haver capitalismo. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).

Francisco Campos (1938), entre outros, defendia o Estado centralizador e nacionalista. Vê-se que em Joinville há uma consonância política com as idéias de Campos e outros apologetas do nazifascismo. O capitalismo produtor e honesto não poderia seguir os paradigmas comunistas e liberais, mas o nacionalista, que coloca a coletividade da nação acima dos interesses individuais.

As lideranças sindicais, em nome dos interesses corporativos e nacionalistas, homenageavam no congresso aquele que deveria ser o exemplo para a classe trabalhadora:

Quero com isto prestar as minhas homenagens a um brasileiro ilustre, que, embora sofra as agruras duríssimas do exílio, longe da pátria e longe dos seus, foi incontestavelmente quem reergueu o proletariado brasileiro, colocando-o no lugar que lhe competia. Refiro-me ao senhor ministro Lindolfo Collor, nome que não pode ficar esquecido nesta hora solene. (ibidem).

O ícone do movimento operário, na perspectiva das lideranças sindicais de Joinville, era Lindolfo Collor, ideólogo da junção capital-trabalho, pois era um capitalista genuinamente conservador, representante da oligarquia gaúcha, que em 1930 assumiu o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

A educação eugênica do trabalhador

A educação eugênica era defendida pelo Estado autoritário para tornar o cidadão comum um soldado apto para resguardar a segurança nacional, os símbolos patrióticos, o cultivo do espírito cívico; já a massa deveria estar preparada pedagogicamente para a disciplina e a aquiescência social; e o trabalhador, pronto a contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento econômico do país (BAÍA HORTA, 1994).

No decorrer dos debates e na efervescência dos discursos, o congresso definiu e defendeu a educação do trabalhador e seus filhos; a necessidade da higienização das casas e dos bairros; o combate aos vícios; o trabalho racional e honesto. Sobre o regime político vigente, os sindicalistas o consideravam ideal para o país e criticavam o comunismo e o liberalismo:

Mas, qual será então a melhor forma de governo, perguntaremos nós, se o anarquista visa destruir a autoridade, o imperialista a escravatura dos colonos e cafeeiros e o comunista a massacrar a honra de quem trabalha? É-nos indiferente o nome. Venha à nova forma de governo com o rótulo que vier. República socialista ou não. Cogite-se então, de fazer o governo do povo pelo povo. Todos iguais perante a lei, reconstituindo a família e sociedade sob bases nacionais. A reforma política social: Devemos cogitar da constituição de um governo único, estável, forte e responsável. É isto que se consegue com o justo equilíbrio e a concórdia dos poderes de autoridade e das forças da liberdade. Não é com a interferência desta ou daquela religião que havemos de resolver os problemas sérios da vida e sim com o trabalho obrigatório, metódico e racional, e em independência e educação de caráter e com a instrução do povo que serão dados os primeiros passos para a reconstrução nacional, digo, social. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 16 jan. 1934).

O pensamento único de buscar a conciliação das massas por meio da dignidade do trabalho, da honestidade e da pacificação das forças sociais era promovido pelos industriais em sintonia com os sindicatos, que tinham a missão de formar e educar o trabalhador para esse novo tempo que se instaurava: “É indispensável a educação do corpo e espírito, evitando-se desde o nascimento a tendência para a vida parasitária, pois, sendo a criatura um prego morto para a família, sê-lo-á conseqüentemente para a pátria” (ibidem).

O I Congresso de Operários joinvilenses concluiu suas atividades encaminhando estratégias para a promoção social e política do trabalhador. Todas as ações do sindicato deveriam estar concentradas na educação do operário, pois esta daria sustentação para a vida na sociedade fundada no trabalho. Assim, o congresso estabeleceu ações que deveriam ser concretizadas pelas lideranças sindicais, verdadeiros educadores dos trabalhadores.

Para termos um povo forte, instruído, educado e sadio, nada mais precisamos que:

1º Intensificar a construção de casas asseadas e higiênicas, desde as particulares até os edifícios públicos. Intensificar também a construção de casas para os operários;

2º Construir escolas onde se façam precisas, mas tendo-as obrigatórias desde o norte ao sul;

3º A criação da Escola Leiga, incumbindo que os professores levem para as crianças princípios de religiosidade;

4º Criar abrigos escolares para recolher as crianças pobres, dando-lhes uma sólida instrução profissional;

5º Criar penalidades para os pais que impedirem a freqüência dos seus filhos nas escolas e para os professores que infligirem os princípios regulares do ensino leigo;

6º Dar combate de morte ao luxo, a prostituição, ao álcool e ao jogo, por serem verdadeiros cancros corroedores da sociedade. (ibidem).

As epidemias e endemias não eram somente causadoras de patologias físicas, mas eram tratadas no campo moral, sendo considerada urgente a intervenção do Estado. Para a educação sanitária dos trabalhadores, o Congresso dos Operários definiu ações visando à eliminação epidêmica moral que se alastrava pela sociedade. Os vícios, a prostituição, a promiscuidade, o álcool, os cabarés eram concretamente, para os sindicalistas, resultado da miséria do espírito, nunca da miséria social.

O trabalhador deveria ser orientado para seguir normas ordeiras, princípios do ensino religioso, instrução militar, métodos de higiene e combater os vícios que impedem o crescimento profissional e o comprometimento moral do cidadão. O sindicato deveria ser um instrumento pedagógico a serviço do Estado para desenvolver o controle social, eliminando todos os entraves para o estabelecimento da harmonia em benefício do trabalho.

A fábrica jamais poderia ser vista como um lugar atemorizante, mas sim como um local seguro e imprescindível para o bom operário. O trabalhador deveria ser dócil e disciplinado para o cumprimento da paz e o desenvolvimento social. Para isso, deveria ter sua vida controlada dentro e fora do ambiente fabril. Dentro do perímetro fabril, a vigilância era exercida pelo patrão e

seus gerentes. A sociedade, a Igreja, o sindicato e a escola deveriam ter essa função social fiscalizadora, vigilante e corretiva da conduta da classe operária.

O tempo do operário estava comprometido com o trabalho. O controle ideológico, para Vargas, objetivava contribuir para a segurança e o desenvolvimento da nação. Todos os males externos deveriam ser combatidos e aliçados da vida do trabalhador. O capital desejava um homem de corpo e mente sadia – as doenças, os vícios e os lazeres perniciosos atravancariam o processo produtivo e, conseqüentemente, o progresso da nação.

Considerações finais

O discurso autoritário foi incorporado pelo movimento sindical de Joinville, o que, de certa forma, garantiu a consolidação e reprodução dos sindicatos amarelos na cidade. As citações do congresso demonstram o viés autoritário e centralizador que se desenvolvia na cidade desde o início do século XX. A defesa ideológica do Estado centralizador, da educação eugênica, da submissão e aquiescência social constatou-se definida e posicionada desde 1934. Os operários deveriam estar com todos os olhos e braços voltados para o progresso nacional. Essa era a perspectiva tecnocrática proposta pelo Estado varguista, concebida por seus ideólogos e disseminada entre a classe trabalhadora por seus intelectuais orgânicos. Olhos, porque havia os que possuíam visão de futuro e comando, para garantir o progresso nacional, e braços, para garantir o crescimento econômico.

Ao investigar e contrapor as fontes documentais do I Congresso Operário de 1934, percebeu-se que para as lideranças do movimento sindical o trabalho ordeiro seria o único meio para o engrandecimento de caráter e a ascensão econômica. Vê-se a educação dos trabalhadores como um problema do Estado, que visava abastecer o mercado interno de mão-de-obra qualificada e aquiescente. O trabalho manual, nesse sentido, é referenciado pelos ideólogos do Estado autoritário para a consolidação econômica do nacional-desenvolvimentismo. O comprometimento moral com a ordem estabelecida mostrava-se ao proporem-se medidas de controle social e sanitário no ambiente de discussão dos trabalhadores.

Considerando esse recorte, a história dos operários joinvilenses não pode limitar-se ao I Congresso, tampouco a esta análise teórico-metodológica. Embora os documentos evidenciem que havia uma consonância com Estado autoritário e suas prerrogativas nacionais e desenvolvimentistas, os sindicatos amarelos tiveram outras atuações importantes na cidade de Joinville como na ascensão e consolidação do governo integralista de Aristides Largura em 1936.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Angela. **A construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta, 1998.
- BAÍA HORTA, José Silverio. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- CAMPOS, Francisco. **Os problemas do Brasil e as grandes soluções do grande regime**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo. Difel, 1979.
- CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE. **Ata...** Joinville, 15 jan. 1934.
- _____. **Ata...** Joinville, 16 jan. 1934.
- _____. **Ata...** Joinville, 19 jan. 1934.
- SOUZA, Giane Maria de. **Educação para o trabalho**: sindicatos amarelos e a pedagogia estadonovista. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville. Meyer, 1986.